



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO - MG

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo de **ASSISTENTE JURIDICO** que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital No. 001/2019 do **CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO – MG, CONFORME EDITAL 002/2019.**

II DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Questão 03

Procedem as alegações do recorrente.

Questão NULA

INDEFERIDO

Questão 06

Não procedem as alegações do recorrente.

A nominalização é um processo de coesão que altera uma classe gramatical para substantivo. Assim, o sintagma “descumprir a legislação” pode ser nominalizado por “crime”, pois, do ponto de vista semântico, aquele que descumpra a lei comete um crime, como hiperônimo para quaisquer delitos ou infrações. Portanto, a única opção possível é a letra A. Ratifica-se o gabarito preliminar.

INDEFERIDO

Questão 09

Não procedem as alegações do recorrente.

A expressão “em que” deve ser utilizada nas frases em que o “onde” não é permitido, por não se tratar de lugar físico.

Observe os seguintes exemplos:

- Nas mentiras em que caiu.
- A direção divulgou nota em que afirma a contratação de novos funcionários.

INDEFERIDO

Questão 10

Não procedem as alegações do recorrente.

Na questão 10, a charge apresenta o feitor que estimula os construtores das pirâmides do Egito, prometendo-lhes vantagens a longo prazo, ou seja, milênio depois. Os trabalhadores são mostrados na imagem como escravos que nunca verão os benefícios de seu trabalho não remunerado. Sendo o enunciado do feitor uma ironia, a única opção que não confirma a ideia trazida pelo texto multimodal é B, “Há trabalhos não remunerados em que a troca é vantajosa para os dois lados.”. Ratifica-se o gabarito preliminar.

INDEFERIDO

Questão 13

Não procedem as alegações do recorrente.

Resolução:

A = (-2, -1, 0, 1, 2, 3, 4)

B = (-1, 0, 1, 2, 3, 4)

Logo $A - B = (-2)$, ou seja, 1 elemento. ITEM b).

INDEFERIDO

Questão 15

Não procedem as alegações do recorrente.

O artigo da CF/88 traz: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

É claro na leitura a presença dos princípios norteadores da administração pública, ou seja, dos agentes que compõem essa administração, tendo em vista que nenhum ato é feito sem que os agentes o façam. Por isso, está correto o gabarito.

INDEFERIDO

Questão 18

Não procedem as alegações do recorrente.

Art. 9º, Lei 8.429/92: Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

(...)

III - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

(...)

Art. 10, Lei 8.429/92: Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

(...)

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

(...)

Art. 11. Lei 8.429/92: Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições [...]

INDEFERIDO

Questão 22

Procedem as alegações do recorrente.

Questão NULA

Justificativa: Prezados candidatos, em respostas aos recursos interpostos a esta questão temos a esclarecer que a Banca Examinadora ao reanalisar a questão, decide por anular a referida questão que trouxe a alternativa “a” como correta, pelos motivos abaixo expostos.

Questão 22 – De acordo com o Código Tributário, acerca da competência tributária, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A competência tributária não pode ser delegada.

Art. 7º CTN A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.

A alternativa “a” está correta. A ressalva diz respeito à delegação de atribuições e funções tributárias, o que não se confunde com competência tributária.

b) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

Art. 6º CTN A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

A alternativa “b” está correta.

- c) A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

Art. 7º CTN A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.

§ 1º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

A alternativa “c” está correta.

- d) A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

Art. 7º CTN A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.

§ 2º A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

A alternativa “d” está correta.

Por não existir alternativa como resposta, é que se decide pela anulação.

DEFERIDO

Questão 28

Não procedem as alegações do recorrente.

Justificativa: Prezados candidatos, em respostas aos recursos interpostos a esta questão temos a esclarecer que a Banca Examinadora ao reanalisar a questão, decide por manter o gabarito da referida questão que trouxe a alternativa “b” como correta, pelos motivos abaixo expostos.

Questão 28 – Conforme o NCPC, relativamente aos limites da jurisdição, marque a opção

CORRETA:

- a) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações de alimentos **quando o réu tiver domicílio ou residência no exterior.**

Art. 22. CPC: Compete, ainda, à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações:

I - de alimentos, quando:

b) o credor tiver domicílio ou residência no Brasil.

A alternativa “a” está incorreta.

b) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.

Art. 23. CPC: Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:

I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.

A alternativa “b” está correta.

c) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira **impede** a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

Art. 24. CPC: A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.

Parágrafo único. A pendência de causa perante a jurisdição brasileira **não impede** a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

A alternativa “d” está incorreta.

d) Compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

Art. 25. CPC: **Não compete** à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

A alternativa “d” está incorreta.

INDEFERIDO

Questão 29

Procedem as alegações do recorrente.

Mudança de gabarito para o item “a”

Justificativa: Prezados candidatos, em respostas aos recursos interpostos a esta questão temos a esclarecer que a Banca Examinadora ao reanalisar a questão, decide por alterar

o gabarito da referida questão que trouxe a alternativa “b” como correta, passando agora a alternativa “a” a ser o gabarito, pelos motivos abaixo expostos.

Questão 29 – Acerca da capacidade processual conforme o NCPC julgue os itens a seguir:

I- Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.

Art. 70. CPC: Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.

A assertiva I é verdadeira.

II- A sociedade ou associação sem personalidade jurídica **poderá** opor irregularidade de sua constituição quando demandada.

Art. 75. CPC: Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

§ 2º A sociedade ou associação sem personalidade jurídica **não poderá** opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.

A assertiva II é falsa.

III- Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou réu, **em regra**, é indispensável.

Art. 73. CPC: O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

§ 2º Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu **somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado. A assertiva III é falsa.**

Assinale a alternativa que apresenta apenas itens FALSOS:

a) **II e III.**

c) I e III.

d) I e II.

e) I, II e III.

DEFERIDO

Questão 43

Procedem as alegações do recorrente.

Mudança de gabarito para item “c”

Justificativa: Prezados candidatos, em respostas aos recursos interpostos a esta questão temos a esclarecer que a Banca Examinadora ao reanalisar a questão, decide por anular a referida questão que trouxe a alternativa “c” como correta, pelos motivos abaixo expostos.

Questão 43 – De acordo com o Código Civil de 2002, assinale FALSA:

- a) São bens públicos os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

Art. 99. CC São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

A alternativa “a” é verdadeira.

- b) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 99. CC São bens públicos:

Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

A alternativa “b” é verdadeira.

- c) Os bens públicos dominicais podem não ser alienados.

Art. 101. CC Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

A alternativa “c” está incorreta.

- d) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Art. 102. CC Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

A alternativa “d” está correta.

O artigo da CF/88 traz: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

É claro na leitura a presença dos princípios norteadores da administração pública, ou seja, dos agentes que compõem essa administração, tendo em vista que nenhum ato é feito sem que os agentes o façam. Por isso, está correto o gabarito.

INDEFERIDO

Questão 45

Procedem as alegações do recorrente.

Mudança de gabarito para o item “d”

Justificativa: Prezados candidatos, em respostas aos recursos interpostos a esta questão temos a esclarecer que a Banca Examinadora ao reanalisar a questão, decide por alterar o gabarito da referida questão que trouxe a alternativa “a” como correta, passando a alternativa “d” a ser o gabarito, pelos motivos abaixo expostos.

Questão 45 – A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- a) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a independência nacional e o pluralismo político.

Art. 1º CF A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: **I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.**

A alternativa “a” está incorreta.

- b) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a garantia do desenvolvimento nacional e o pluralismo político.

Art. 1º CF A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: **I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.**

A alternativa “b” está incorreta.

- c) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e o pluralismo político.

Art. 1º CF A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: **I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.**

A alternativa “c” está incorreta.

- d) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.



Art. 1º CF A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: **I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. A alternativa “d” está correta.**

DEFERIDO

Questão 46

Procedem as alegações do recorrente.

Mudança de gabarito para o item “b”

Justificativa: Prezados candidatos, em respostas aos recursos interpostos a esta questão temos a esclarecer que a Banca Examinadora ao reanalisar a questão, decide por alterar o gabarito da referida questão que trouxe a alternativa “d” como correta, passando a alternativa “b” a ser o gabarito, pelos motivos abaixo expostos. Questão 46 – De acordo a Constituição Federal, no que se refere aos princípios fundamentais, julgue os itens a seguir:

I- São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 2º CF São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A assertiva “I” está correta.

II- A defesa da paz constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

Art. 4º CF A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: VI - defesa da paz;

A assertiva “II” está incorreta.

III- O repúdio ao terrorismo e racismo constitui fundamento da República Federativa do Brasil.

Art. 4º CF A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

A assertiva “III” está incorreta.

Está CORRETO o que se afirma em:

a) I e II.

b) **I.**

- c) II e III.
- d) I, II e III.

DEFERIDO

Questão 47

Procedem as alegações do recorrente.

Mudança de gabarito para o item “c”

Justificativa: Prezados candidatos, em respostas aos recursos interpostos a esta questão temos a esclarecer que a Banca Examinadora ao reanalisar a questão, decide por alterar o gabarito da referida questão que trouxe a alternativa “b” como correta, passando a alternativa “c” a ser o gabarito, pelos motivos abaixo expostos.

Questão 47 – Relativamente aos Direitos e Deveres individuais e coletivos, marque a alternativa INCORRETA:

- a) É vedada a interferência estatal no funcionamento das associações e cooperativas.

Art. 5º CF Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

A alternativa “a” está correta.

- b) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

Art. 5º CF Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; **A alternativa “b” está correta.**

- c) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública.

Art. 5º CF Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

A alternativa “c” está incorreta.

d) O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Art. 5º CF Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor; **A alternativa “d” está correta.**

DEFERIDO

Questão 48

Procedem as alegações do recorrente.

Mudança de gabarito para o item “b”

Justificativa: Prezados candidatos, em respostas aos recursos interpostos a esta questão temos a esclarecer que a Banca Examinadora ao reanalisar a questão, decide por alterar o gabarito da referida questão que trouxe a alternativa “c” como correta, passando a alternativa “b” a ser o gabarito, pelos motivos abaixo expostos.

Questão 48 – De acordo com Constituição Federal, acerca do Poder Legislativo, julgue os itens a seguir:

I- O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 44. CF O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A assertiva I está correta.

II- O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

Art. 46. CF O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

A assertiva II está incorreta.

III- Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Art. 46. CF O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

A assertiva III está correta.

Assinale a alternativa que apresenta apenas itens FALSOS:

a) I e III.

- b) II.
- c) I.
- d) I, II e III.

DEFERIDO

Questão 32

Improcedem as alegações do recorrente.

O recurso desobedece ao princípio que consta no Edital de que o recurso é indeferido se “não estiver devidamente fundamentado”. Sites que não sejam de institutos reconhecidos e blogs não são referências confiáveis como “<https://jus.com.br/artigos/27836/direitos-de-quarta-dimensao>”. Considera-se referência confiável, artigos científicos, livros e capítulos de livros com comitê editorial, leis, dentre outros.

Mantido o gabarito

INDEFERIDO

Questão 36

Procedem as alegações do recorrente.

Justificativa: Prezados candidatos, em respostas aos recursos interpostos a esta questão temos a esclarecer que a Banca Examinadora ao reanalisar a questão, decide por alterar o gabarito da referida questão que trouxe a alternativa “b” como correta, passando a alternativa “a” a ser o gabarito, pelos motivos abaixo expostos.

Questão 36 – Relativamente aos princípios do Direito Tributário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da legalidade tributária está previsto no art. 150, I, da Constituição Federal que diz “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, Estados, Distrito Federal e aos Municípios: I Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

Art. 150. CF. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

A alternativa “a” está correta.

- b) O princípio da isonomia ou igualdade diz que pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.



Art. 150. CF. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

O princípio da isonomia refere-se ao tratamento dado aos contribuintes e está previsto no art. 150, II da CF.

A alternativa “b” está incorreta.

- c) O princípio da uniformidade geográfica entende que é proibida a cobrança de fato gerador ocorrido antes da lei que instituir o tributo ou majorá-lo.

Art. 151. CF. É vedado à União:

I - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País;

O princípio da uniformidade geográfica diz respeito à instituição uniforme dos tributos do país e está previsto no artigo 151, I, da CF.

A alternativa “c” está incorreta.

d) O princípio da irretroatividade tem por objetivo estimular a informação acerca do tributo recolhido, em que seus cidadãos deverão ser informados quanto da destinação e o quanto fora recolhido.

O princípio da irretroatividade diz respeito à vedação da cobrança de tributos sobre fatos que aconteceram antes da entrada em vigor da lei que o instituiu.

A alternativa “d” está incorreta.

DEFERIDO

Questão 41

Improcedem as alegações do recorrente.

O recorrente apresenta a discussão referente ao emprego adequado ou não da palavra “exclusiva”. Entretanto, o Código Tributário Nacional deixa claro o processo da não exclusividade.

Mantido o gabarito

INDEFERIDO

Questão 42

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão 42 pede em seu enunciado: Segundo **Maria Sylvia Zanella Di Pietro**, (destaque nosso) ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle

Instituto CONSULPAM Consultoria Público-Privada

Tel: (85) 3224-9369/3239-4402 – Av. Evilásio Almeida Miranda, 280 – Edson Queiroz

CEP: 60.834-486 – Fortaleza-CE. CNPJ: 08.381.236/0001-27



pelo Poder Público. Acerca dos Atos Administrativos assinale a alternativa CORRETA:

Outrossim, a questão deixa explícito a base jurídica que sustenta a alternativas. Isto foi explicitado na questão por ser sabido que existem interpretações jurídicas que divergem, como o próprio recurso indica.

Mantido o gabarito

INDEFERIDO

III DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso a análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo VIII do Edital No. 001/2019 que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE 16 de dezembro de 2019.
Atualizado em 17 de janeiro de 2020.

CONSULPAM